

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2012, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

Principais destaques de 2012

O ano 2012 foi caracterizado pelo desafio de produzir, simultaneamente, com a implantação de obras iniciadas no ano anterior, sendo que a MRN deu sequência às obras de instalação da mina de Monte Branco, prevista para entrar em operação em 2013. O projeto de melhoria na planta de beneficiamento continuou em implementação e tem previsão para início de operação no segundo semestre de 2013. Foi realizada a audiência pública relativa à construção da linha de transmissão de 230 kv pela MRN, empreendimento que tem o objetivo de permitir o acesso da MRN em Porto Trombetas à energia a ser disponibilizada via linha de transmissão de 500 kv, que se encontra em construção para interligar Manaus a Tucuruí. No ano de 2012 foi realizada a revisão contábil da provisão para fechamento de operações com atualização dos valores após inclusão dos novos empreendimentos, mina de Bela Cruz concluída em 2011 e obras da mina de Monte Branco que serão ativadas em 2013 (esta provisão é revisada a cada 2 anos, última realizada em 2010 e próxima a ser realizada em 2014).

Produção e vendas

Em 2012, produzimos 17,1 milhões de toneladas de bauxita, 1,8% acima dos 16,8 milhões de toneladas de 2011. As vendas somaram 16,9 milhões de toneladas, representando um decréscimo de 0,5% comparadas com o volume de 17,0 milhões de toneladas vendidas em 2011.

Do total de vendas, 59% foram destinadas ao mercado interno, suprido as refinarias da Alunorte e da Alumar e 41% foram destinadas ao mercado externo, sendo: 18% para os Estados Unidos, 11% para o Canadá, 10% para a Europa e 2% para a China.

Os teores médios de qualidade do minério obtidos em 2012 foram de 49,84% de alumina aproveitável e 4,51% de sílica reativa.

Gestão da qualidade

O Programa de Gestão da Qualidade da MRN é focado em treinamento e desenvolvimento de pessoas, visando à melhoria permanente de seus processos.

O bom desempenho do Programa 5S é traduzido na qualidade da organização e arranjo das instalações da MRN, contribuindo para a prevenção de acidentes e a preservação do meio ambiente nos diversos locais de trabalho. De acordo com a metodologia do Programa, temos 112 ambientes classificados em diferentes estágios, sendo 04 ambientes no 3ºS (3,6%), 01 ambiente no 4ºS (0,9%) e 107 ambientes no 5ºS (95,5%).

Contamos ainda com o envolvimento, o comprometimento e a motivação de nossos empregados próprios e contratados que participam voluntariamente do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade). Em 2012, o Programa contou com 176 grupos, compostos por 981 circuilistas, que concluíram 147 projetos de melhoria. O CCQ conta com a adesão de 87,27% do nosso quadro total de empregados.

Recursos Humanos

Nossa produtividade em 2012 foi de 13,137 toneladas de minério por empregado. Ao longo do ano, contamos com o efetivo médio de 1.304 empregados ativos, sendo 86% originários do estado do Pará, 2% dos demais estados da Região Norte e 12% de outros estados. O total de 88% de empregados da região Norte reflete o nosso compromisso de valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

A MRN colocou em prática seu novo acordo de participação de seus empregados nos resultados da empresa (PR), negociado em 2011 e com vigência até 2013. Além das metas vinculadas ao desempenho corporativo e das áreas em que a empresa está dividida, de caráter coletivo, o acordo passou a contar com um incentivo adicional, que vale até um salário nominal do empregado por ano, vinculado ao desempenho individual de saúde, como forma de estimular as pessoas a cuidarem bem de sua saúde.

Também em 2012 foram concedidos dois novos benefícios aos empregados da MRN: o Cartão Alimentação para todos os empregados e a possibilidade do Recolhimento de até 18 contribuições ao INSS para empregados prestes a se aposentar e que tenham mais de sete anos de MRN que estejam sendo desligados sem justa causa.

Dentro da proposta do Programa de Qualidade de Vida, destacamos o projeto Ação & Bem Estar. Em 2012, o Projeto contou com 368 inscritos (358 em 2011), entre empregados da MRN e seus cônjuges e empregados de empresas contratadas. O envolvimento dos participantes através das palestras e eventos abertos à comunidade dá visibilidade ao projeto e desperta a importância de realizarem atividades físicas com acompanhamento profissional.

Também tiveram destaque em 2012 as ações desenvolvidas pela MRN com foco na sensibilização, conscientização e prevenção quanto ao uso de álcool e outras drogas, com foco na melhoria da qualidade de vida de empregados próprios e contratados.

Entre as atividades realizadas, podemos citar: campanha de sensibilização, apresentação teatral e palestra para um público de 2.650 pessoas, produção de vídeo, inclusão do tema em reuniões mensais de segurança e nos Diálogos Diários de Segurança (DDS's), além de ampla divulgação sobre o tema nos veículos de comunicação interna da MRN.

Para 2013, está prevista a complementação da implantação do programa de Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e outras Drogas e de Reintegração do Dependente Químico – PPAAD da MRN.

Desenvolvimento de Pessoas

A cada ano, consolida-se mais a Gestão por Competências. Com base na avaliação das lideranças, realiza-se o mapeamento das competências e oportunidades para cada empregado individualmente, de modo que cada empregado conheça suas potencialidades e, principalmente, suas oportunidades de melhorias técnicas e comportamentais. Em 2012, foram avaliados 1.317 empregados, totalizando 99,32% de seu efetivo.

Os treinamentos corporativos obrigatórios que norteiam a política da MRN dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade fecharam o ano de 2012 com 91% dos empregados treinados, uma evolução de 6 pontos percentuais em relação a 2011, cujo resultado foi de 85%.

Nos treinamentos operacionais, o ano de 2012 fechou com 89% dos empregados treinados contra 79% em 2011 mostrando uma evolução de 10 pontos percentuais.

O Programa de Educação, cujo objetivo é facilitar o acesso de nossos empregados à educação formal, ampliou-se, uma vez que, além dos cursos do SENAI, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fechamos parceria com a Unidade de Ensino Superior Dom Bosco para fomentar o acesso à formação técnica, superior e pós-graduação. Atualmente, temos 183 profissionais cursando a formação técnica, 25 cursando graduação e 37 cursando pós-graduação. O Programa de Educação conta com apoio da MRN através de bolsas de estudos, uso de infraestrutura da empresa e apoio em viagens, quando necessárias.

O Programa Jovem Aprendiz, realizado em Parceria com o SENAI de Santarém, promove a preparação do jovem para o mercado de trabalho e, em 2012, contemplou 45 jovens do Oeste do Pará. Estes foram divididos nos cursos de Mecânica de Usinagem (14 vagas), Mecânica de Automóveis (7 vagas), Marcenaria (7 vagas) e Eletricidade de Manutenção em Geral (17 vagas).

Em 2012, a Gestão de Relacionamento foi tratada como uma importante ferramenta motivacional, com o incentivo ao diálogo franco e aberto entre líderes e de liderados, suportados por profissionais de Recursos Humanos. Entre os assuntos tratados estão: transporte, lazer, moradia, infraestrutura urbana, refeitório, segurança, comércio, políticas internas da Mineração Rio do Norte, hospital, educação, comunidade, treinamento e manutenção da vila. O programa possibilita a identificação e tratamento das oportunidades de melhoria do ambiente da empresa.

Também ocorreu em 2012 a continuação do Programa de Desenvolvimento de Líderes, com 461 participações e 4.842 homens/horas treinamento, com destaque para o Programa de Desenvolvimento de Líderes (parceria com a Fundação Instituto em Administração – FIA), Liderança Situacional e Programa de Relacionamento com o Empregado.

Atualmente, o Programa Trainee conta com 15 jovens selecionados no Brasil, das mais diversas áreas, principalmente, com formação em Engenharia. Do grupo inicial do Programa, que tem duração de dois anos, oito jovens já foram efetivados na empresa. Em relação ao Programa de Estágio Técnico, 19 alunos de escolas técnicas da Região Norte participaram do programa durante seis meses na MRN.

Também em 2012 a MRN implantou o Programa Aprendiz, exclusivamente para Pessoas com Deficiência (PcD). O processo foi dividido em etapas: divulgação, palestras, entrevistas e exames médicos. Os aprovados ingressaram na MRN com carga horária semanal de 6 horas teóricas e 24 horas de prática, totalizando 30 horas semanais. Atualmente, estamos com 25 PcD's na MRN.

Segurança

Em 2012, a MRN passou por auditorias de certificações da norma OHSAS. As auditorias de certificação confirmaram a manutenção dos Certificados da MRN. É relevante notar que várias contratadas já possuem essa certificação para suas operações em Porto Trombetas.

As taxas de frequência de acidentes com efetivo próprio e de empresas contratadas em 2012, comparada com 2011, estão na tabela a seguir:

Resultados 2011	TAXA DE FREQUENCIA		
	CPT	SPT	TOTAL
MRN	0,31	0,93	1,25
CONTRATADOS	0,95	1,19	2,15
TOTAL MRN + CONTRATADOS	0,68	1,08	1,76

Resultados 2012	TAXA DE FREQUENCIA		
	CPT	SPT	TOTAL
MRN	0,87	0,87	1,75
CONTRATADOS	0,24	1,94	2,18
TOTAL MRN + CONTRATADOS	0,53	1,45	1,98

(*) Acidente por um milhão de horas trabalhadas.

Em 2012, atingimos 133 dias sem acidentes reportáveis, tanto em nossas operações quanto nas operações de empresas contratadas.

Objetivando aprimorar sua performance em segurança no trabalho, em 2012 foi iniciada implantação de metodologia que foca as oportunidades de bloquear situações do dia a dia de trabalho e que possam levar a risco de fatalidade.

No que se refere às obras realizadas na mina de Monte Branco, a Taxa de Frequência acumulada do projeto em 2012 foi de 3,35, sendo ocorridos 8 acidentes de baixa gravidade durante as obras (2 em 2011 e 6 em 2012).

Saúde Ocupacional

Em 2012, pelo Programa de Medicina do Sono, foram avaliadas 376 pessoas entre empregados da MRN, empregados de empresas contratadas e pessoas da comunidade. Ao longo do ano, foram identificados 150 casos de distúrbios, que passaram a ter o acompanhamento clínico indicado.

No Programa Apto para a Vida, Apto para o Trabalho foram avaliados todos os empregados da Gerência de Operação de Mina e iniciado o trabalho junto à Gerência de Manutenção de Máquinas Móveis, totalizando mais de 600 empregados em 2012. As ações envolvem avaliações ergonômicas no local de trabalho, avaliação individual da capacidade física e aconselhamento nutricional.

Os programas Medicina do Sono e Apto para a Vida, Apto para o trabalho permitiram a identificação, diagnóstico diferencial, tratamento e acompanhamento evolutivo dos distúrbios do sono e situações de fadiga que possam causar riscos para as atividades profissionais das pessoas, assim como impactos à qualidade de vida.

Durante o ano de 2012, foram atendidos pela Medicina do Trabalho para realização de exames admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho 1.603 empregados da MRN e 3.997 empregados das empresas contratadas, incluindo efetivo de obras.

Ainda em 2012, em busca da manutenção da resolutividade, aliada à excelência na qualidade dos atendimentos, o Hospital de Porto Trombetas realizou atendimentos e procedimentos nas áreas de Clínica Médica, Pediatria, Clínica Cirúrgica, Cardiologia, Ortopedia, Dermatologia, Urologia, Neurologia, Otorrinolaringologia, Psiquiatria, Pneumologia, Ginecologia-Obstetrícia, Nutrição, Psicologia e Ortopia.

Meio Ambiente

Em dezembro de 2001, a MRN obteve a certificação na ISO 14.000 e, a cada semestre, passa por uma auditoria de manutenção desta certificação. Em 2012, conforme prevê a norma, a MRN passou por um novo processo de auditoria e manteve o certificado da ISO 14.000:2004.

Abaixo apresentamos as principais atividades ambientais que foram desenvolvidas ao longo do ano.

Reflorestamento de áreas mineradas

As atividades de reflorestamento foram realizadas em conformidade com as atividades de lavra, previstas no plano quinquenal de operações. De 1979 a 2012 foram reabilitados cerca de 4.688 hectares, onde foram plantadas 9,2 milhões de mudas de 450 espécies arbóreas nativas. Em 2012 foram reflorestados 228 hectares, sendo 208 em minas em operação e 20 em minas em processo de fechamento, utilizando-se 113 espécies arbóreas.

As mudas a serem utilizadas no reflorestamento de 2013 foram produzidas durante o ano de 2012. A MRN produziu em viveiro próprio, aproximadamente, 505 mil mudas de 112 espécies arbóreas nativas. Para o ano de 2013, a MRN tem a meta específica de reflorestar aproximadamente 307 hectares, sendo que 260 destes são em minas em operação e o restante em minas em processo de descomissionamento.

No ano de 2012 foi realizada hidrossemeadura em taludes na estrada do platô Bela Cruz (cerca de 8 hectares), objetivando proteção ambiental do mesmo.

Programa de Manejo Integrado de fauna

A MRN desenvolveu e vem executando o Programa Integrado de Manejo da Fauna da área de influência do projeto de exploração mineral dos platôs Saracá, Almeida, Aviso, Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco, Papagaio e Periquito, envolvendo, desde o manejo das espécies por meio de ações de resgate e afugentamento, o monitoramento do alcance dos impactos das atividades do empreendimento sobre as mesmas e, posteriormente, da efetividade das ações de controle implementadas. No caso específico deste Programa, o objetivo é o desenvolvimento dessas ações sobre as comunidades de anfíbios, répteis, aves, mamíferos e determinados grupos de insetos.

Os trabalhos de afugentamento e resgate são executados por profissionais da Zoofit, entidade mantida pela FIT – Faculdades Integradas do Tapajós, sediada em Santarém. O convênio entre a MRN e a FIT prevê também a utilização das estruturas da Zoofit pela MRN, no caso de processos demorados de reabilitação de animais resgatados durante o desmatamento. Para os primeiros socorros e processos rápidos de reabilitação, a MRN conta com um Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, sendo que todo o processo de manuseio de fauna é autorizado pelo órgão ambiental competente.

Monitoramento das áreas reflorestadas.

As atividades de monitoramento das áreas reflorestadas (flora e solos) seguem o desenho amostral aprovado pelo IBAMA/ICMBio e têm como objetivo avaliar o sucesso do programa de reabilitação das áreas mineradas. As atividades foram e continuarão sendo executadas em todas as minas que se encontram nas fases de implantação, operação e descomissionamento, em consonância com as condicionantes ambientais estabelecidas nas respectivas licenças.

Monitoramento de água e ar

O monitoramento de água e ar é feito de acordo com o mapeamento e parâmetros constantes dos planos básicos ambientais (PBAs) e os resultados obtidos encontram-se dentro dos limites das normas ambientais.

Processos de Licenciamento Ambiental

Em 2012, foram obtidas as autorizações de supressão de vegetação para continuidade de produção nas minas Saracá e Bela Cruz, além de autorização para o início de detalhamento de pesquisa no platô Cruz Alta.

Também foram requeridas as licenças de instalação das minas Greigh e Aramã e iniciados os desenvolvimentos dos Planos Básicos Ambientais das novas minas Teófilo e Cipó, prevendo requerimento de licença de instalação em 2013. Em relação à implantação da linha de transmissão de 230 kV, foi realizada a audiência pública no município de Oriximiná visando obtenção da licença prévia do empreendimento.

Ainda no que se refere às ações ambientais desenvolvidas em 2012, a MRN deu andamento ao Programa de Monitoramento de Primatas nos platôs Bacaba, Bela Cruz e Almeida. A iniciativa teve início em 2010 e tem previsão de duração de cinco anos.

Também prosseguiram as ações do programa de monitoramento da fauna aquática na área de influência do Platô Bacaba e do projeto Epifitas, Hemiepifitas e Espécies Raras e Ameaçadas, no qual um total de 11.784 espécimes foram reintroduzidas nas áreas dos reflorestamentos da empresa que datam da década de 80. Também continuamos com o monitoramento do lago Batata, que ocorre desde 1988.

Relações com a comunidade

Em continuidade ao Programa de Relacionamento com Comunidades, no ano de 2012, a MRN deu prosseguimento aos projetos e ações educacionais, ambientais e sociais dentro do Programa de Educação Socioambiental (PES). Esta adequação é uma demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que segue os princípios descritos no Art 4º, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.796/99) e condicionante do licenciamento de suas atividades de extração mineral.

Fazem parte do PES doze projetos desenvolvidos nos municípios de Terra Santa e Oriximiná, que têm como base os pilares de Educação e Cultura, Sustentabilidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente. São eles:

Educação Cidadania e Cultura – Projeto Educação Ambiental e Patrimonial;

Sustentabilidade – Projetos: Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaibas, Meliponicultura;

Segurança e Saúde – Microsistemas e Poços Artesianos, Combate à Malária, Projeto Leme;

Meio Ambiente – Instituto Gaya de Defesa das Águas, Manejo dos Castanhais, Sistemas Agroflorestais.

Desta forma, em 2012, foi realizada a III Oficina de Capacitação para Gestores e Coordenadores do Projetos do Programa de Educação Socioambiental da MRN, o PES. Evento foi realizado nos dias 03 e 04/04/2012, na cidade de Oriximiná e culminou com a apresentação de relatório base com apresentação da Matriz das Atividades a serem desenvolvidas nos projetos do PES no ano de 2012-2013.

Tivemos como principais destaques em 2012:

- Reforma da casa de farinha da Comunidade Quilombola do Jamari (Alto Trombetas);
- Repasse de verba para recuperação da igreja da comunidade do Rosário (Lago Caipuru - Oriximiná);
- Melhoria na estrada que liga Porto Trombetas a Terra Santa e construção de mais 500m de canaletas, além da limpeza das já construídas;
- Recuperação da rede elétrica na comunidade Mãe Cué (Alto Trombetas);
- Melhoria no barracão de produção de peças do Projeto Educação Ambiental e Patrimonial na comunidade Quilombola do Moura;
- Construção de um barracão comunitário na comunidade Quilombola do Boa Vista para produção de cerâmicas do Projeto Educação Ambiental e Patrimonial;
- O Projeto Sistemas Agroflorestais – SAF´s, que iniciou a construção de uma Unidade Demonstrativa na comunidade do Ascensão (Lago Sapucaá), com a proposta de promover a capacitação técnica dos produtores locais para a cultura da mandioca e produção de farinha sem o uso de queimadas. Os agricultores estão recebendo suporte técnico a partir de uma parceria com a EMATER e todos os implementos necessários para a atividade.
- A Piscicultura também foi incrementada com a inclusão de mais três famílias produtoras nas comunidades do Tarumã (Médio Trombetas - Oriximiná), Acapuzinho (Paraná do Caipuru - Oriximiná) e Alema (Terra Santa), que receberam capacitação técnica, equipamentos, alevinos e ração.
- O projeto Manejo das Populações de Copaibas inventariou mais de 4.080 copaibeiras no Platô Monte Branco e, em um importante trabalho em parceria com as comunidades do Jamari e Curuçá Mirim (Alto Trombetas), produziu mais de 3.000 mudas para o enriquecimento populacional das copaibeiras na região;

• Na Agricultura Familiar foram feitas capacitação técnicas aos produtores locais, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STTRO) voltadas para os seguintes temas: Manejo de Abelhas com Ferrão (apicultura), Qualidade na Produção de Farinha e Derivados da Mandioca e Produção de Frutas e Hortaliças.

• O Projeto Meliponicultura (produção de mel de abelhas sem ferrão), realizado em parceria com o SEBRAE, MRN e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa, teve um aumento substancial passando de 252 caixas em 2011, para 382 caixas em 2012, beneficiando três comunidades e 19 famílias. Houve também eventos de capacitação, como as visitas técnicas em Belterra para compra de novas colméias e a participação no evento APIPARA 2013, em São João de Pirabas - PA;

• O Projeto Quilombo, realizado em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e a Prefeitura de Oriximiná, tem por objetivo levar saúde preventiva e curativa a 18 comunidades compostas por remanescentes de quilombos que habitam as margens do Alto Rio Trombetas. Em 2012, contabilizou 12.231 pessoas participantes e um total de 21.253 atendimentos;

• Foram realizadas ações de conscientização através do Projeto Leme, tendo como objetivo promover a orientação para práticas seguras no uso de embarcações no Rio Trombetas. Em parceria com grupo de voluntários ATA-Navegação (Alunos de Trombetas em Ação de Segurança na Navegação), da Fundação Vale do Trombetas- FVT, as ações foram realizadas na balsa de passageiros de Porto Trombetas visando conscientizar passageiros e donos de embarcações, totalizando a participação de 1.100 pessoas. Além disso, foi promovido novamente o 'Cine Solidário', ação na qual foram arrecadados mais de 200 brinquedos e 150 livros que foram doados à escola pública que atende às comunidades da Tapagem, Mãe Cué e Sagrado Coração (Alto Trombetas);

• O programa de Combate à Malária também fechou o ano sem nenhuma ocorrência registrada no posto de saúde de Porto Trombetas e nas comunidades onde são efetuadas as ações de combate à doença (estamos a 2 anos sem nenhum caso registrado). Em 2010 tivemos 63 casos registrados, e a redução foi resultado de um intenso trabalho realizado pela Pró-Saúde, parceira da MRN na gestão do Hospital de Porto Trombetas, que atuou juntamente com a Prefeitura de Oriximiná.

• Na construção e recuperação de Poços Artesianos e Microsistemas de Água, várias comunidade foram beneficiadas: São João (Caipuru), Rosário (Caipuru), Boa Vista (Alto Trombetas - Oriximiná) e Saracá (Sapucaá - Oriximiná), que tiveram seus sistemas de geração de energia recuperados garantindo o funcionamento dos respectivos microsistemas de água;

• Na área cultural, destacamos a realização do XI FECAN em Santarém, patrocinado pela MRN através da Lei SEMEAR;

• Em 2012, a MRN deu continuidade ao projeto Esporte na Cidade, através da lei federal de incentivo ao esporte, firmando parceria com a OSCIP – Organização Social de Interesse Público "De Peito Aberto", beneficiando mais de 500 crianças e adolescentes no município de Terra Santa e gerando emprego direto a quatro profissionais da educação física. Ao longo do ano, o programa realizou algumas ações esportivas na cidade de Terra Santa, com destaque para o Torneio da Integração. O projeto contou com o apoio da prefeitura do município de Terra Santa onde é desenvolvido.

• Com investimentos de incentivos fiscais, a MRN patrocinou importantes programas na área cultural. Os Programas Cultura em Rede abarcaram grande parte dos pequenos patrocinados realizados pela empresa na região. Através de metodologia própria, estes programas contribuíram para que as manifestações culturais ganhassem força e visibilidade regional. Além disso, os produtores culturais foram capacitados na elaboração de projetos e captação de recursos de fontes diversas disponíveis através de leis de incentivo estaduais e federais;

• Aos Fundos Municipais da Criança e Adolescentes (FIA) foram doados recursos que suportaram projetos voltados a este público nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro e Óbidos;

• O Programa de Voluntariado Empresarial de Porto Trombetas deu continuidade ao Projeto de Odontologia Preventiva, conduzido voluntariamente por profissionais de Porto Trombetas e beneficiando mais de 80 crianças de comunidades quilombolas;

• As ações do Instituto Gaya, que tem como principal objetivo a conscientização das comunidades sobre a importância da preservação da água, em especial no Lago Sapucaá, conseguiu atingir mais de 800 moradores através de palestras e campanhas educativas;

• Também tiveram prosseguimento as ações da ATA-NAV, que tem por objetivo disciplinar a utilização do patrimônio ambiental fomentando a participação comunitária como exercício de seus direitos e deveres de cidadão, além de continuar seu trabalho em parceria com o Projeto Pé-de-Pincha;

• O Projeto Pé de Pincha, que visa a conservação de algumas espécies de quelônios como a tartaruga, o tracajá e o pitiú, e é desenvolvido em parceria com o IBAMA, promoveu a soltura de quase 36 mil indivíduos durante o ano de 2012, a partir de ações voluntárias das comunidades do Acapuzinho, Ascensão, Barreto, São José, Maparã, Stº Antônio, Caipuru, Jarauacá, Nova Aliança, Poço Fundo e Castanhão, no município de Oriximiná, e Aliança, Macoia, Ferreira, Pequena, Zuleide, Neves, Ilha do Grita, Babá, Ival, Desengano, Alema, Jauruna, Conceição e Tucunaré, em Terra Santa.

Investimentos

A Mineração Rio do Norte, no ano de 2012, realizou investimentos na ordem de R\$ 310,7 milhões. Deste montante, R\$ 190,4 milhões foram destinados à abertura de novas minas, R\$ 44,8 milhões para projetos especiais como melhoria no sistema de peneiramento e linha de transmissão. Investiu também R\$ 17,1 milhões em equipamentos de mineração; R\$ 11,1 milhões em correias transportadoras; R\$ 7,0 milhões em ferrovia; R\$ 13,9 milhões em meio ambiente, segurança e saúde; R\$ 5,1 milhões em pesquisas geológicas e mais R\$ 21,3 milhões em projetos de infraestrutura, atualização tecnológica, modernização e continuidade operacional.

(CONTINUAÇÃO)

Resultados econômico-financeiros

Embora o volume de vendas em 2012 (16,9 milhões de toneladas de bauxita) tenha sido ligeiramente inferior a 2011 (17 milhões de toneladas), cerca de 84 mil toneladas ou 0,49%, a receita líquida de R\$ 917,1 foi 25,3% maior que o ano anterior. A cotação do Alumínio na Bolsa de Metais de Londres (LME) e o câmbio tiveram participação positiva na receita, pois a taxa média da moeda americana teve uma valorização crescente ao longo do ano de 2012 (taxa média de 1,95 em 2012 contra 1,67 em 2011). O mix entre bauxita seca e úmida também teve destaque positivo no resultado. Com todos estes impactos, a receita líquida de 2012 foi superior em R\$ 185 milhões quando comparada com a do ano de 2011.

A nova Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Mineração (TFRM), preços dos combustíveis, alto custo em materiais e serviços impactaram negativamente em 15% o custo de produtos vendidos.

O EBITDA em 2012 foi R\$ 334,0 milhões ou 53,5% maior que 2011. A Mineração Rio do Norte – MRN, em suas operações de 2012, obteve Lucro Líquido de R\$ 100,7 milhões ou 172,9% maior que no ano anterior que foi de R\$ 36,9 milhões.

A geração líquida de divisas em 2012 foi de US\$ 157,7 milhões, inferior em US\$ 41,5 milhões ao ano anterior, devido ao ingresso, em 2011, de empréstimo de Pré-Export de US\$ 60,0 milhões.

O saldo da balança comercial foi de US\$ 196,8, (US\$ 184,3 milhões em 2011). O fluxo de capitais foi negativo em US\$ 32,7 e os pagamentos de serviços totalizaram US\$ 6,4 milhões.

Foram recolhidos aos cofres públicos em impostos e contribuições, incluindo retenções na fonte, o valor de R\$ 199,1 milhões (R\$ 150,6 milhões em 2011), assim distribuídos:

	2012	2011
ICMS	23,7	23,5
Compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM	27,5	21,3
Pis e Cofins	22,2	6,3
Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido	56,4	52,5
Contribuições previdenciárias	40,7	33,4
TFRM	13,7	0,0
Outros impostos	14,9	13,6
	<u>199,1</u>	<u>150,6</u>

Desafios -

Os principais desafios da MRN para o ano de 2013 e para o horizonte dos próximos 5 anos são:

- Finalização da obra da mina de Monte Branco e garantir a produção de 17Mt para o ano de 2013 e 18Mt para os anos seguintes.
- Finalização do projeto de melhorias da planta de beneficiamento, garantindo uma melhora da qualidade do minério e menores custos com a secagem a partir de 2014.
- Dar continuidade à implantação do projeto da linha de transmissão, integrando as operações da MRN à linha de transmissão de 500kv que interligará Manaus a Tucuruí.
- Consolidar o programa de gestão de riscos.
- Dar continuidade aos estudos ambientais e de engenharia para as futuras minas a serem abertas.
- Dar continuidade aos programas de melhoria objetivando redução de custos e melhoria de produtividade.
- Dar continuidade ao programa de pesquisa geológica.
- Consolidar o planejamento estratégico de recursos humanos.

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2012, especialmente, aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 25 de Janeiro de 2013.

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	6.365	81.256
Contas a receber	17.b	107.701	83.676
Estoques	5	48.507	41.385
Instrumentos financeiros derivativos	21	3.163	-
Tributos a compensar	9	5.817	5.052
Depósitos judiciais	6	-	7.623
Outros ativos circulantes	-	4.263	7.101
Total do ativo circulante		<u>175.816</u>	<u>226.093</u>
Ativo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	21	336	-
Depósitos judiciais	6	178.310	155.650
Tributos a compensar	9	27.776	20.586
Impostos diferidos	14	86.348	78.329
Outros ativos não circulantes	-	-	2.725
		<u>292.770</u>	<u>257.290</u>
Investimentos	-	393	411
Imobilizado	7	1.572.306	1.022.898
Intangível	8	3.066	3.079
		<u>1.575.765</u>	<u>1.026.388</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.868.535</u>	<u>1.283.678</u>
Total do ativo		<u>2.044.351</u>	<u>1.509.771</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	-	78.429	55.253
Empréstimos e financiamentos	10	204.277	185.378
Instrumentos financeiros derivativos	21	371	-
Salários, provisões e contribuições sociais	-	29.472	24.323
Impostos a recolher	11	12.421	11.276
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	16.156	1.049
Dividendos a pagar	15e	41.608	34.694
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	36.517	3.189
Outras obrigações	-	8.934	1.955
Total do passivo circulante		<u>428.185</u>	<u>317.117</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	291.149	278.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	61.760	58.415
Impostos a recolher	11	15.517	-
Provisão para contingências	12	211.518	197.108
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	383.685	67.693
Outras obrigações	-	684	684
Total do passivo não circulante		<u>964.313</u>	<u>602.574</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social	-	488.484	488.484
Reservas de capital	-	6.829	6.829
Ajuste de avaliação patrimonial	-	2.309	(369)
Reserva de lucros	-	154.231	95.136
		<u>651.853</u>	<u>590.080</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.044.351</u>	<u>1.509.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional líquida	16	917.139	732.065
Custo dos produtos vendidos	-	(679.827)	(598.794)
Lucro bruto		<u>237.312</u>	<u>133.271</u>
Receitas/ (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	18	(20.434)	(19.378)
Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas	19	(24.450)	(5.544)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>192.428</u>	<u>108.349</u>
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras	-	17.128	32.083
Despesas financeiras	-	(25.714)	(35.808)
Atualização monetária processo fiscal – Lei nº 11.941/2009	-	(14.923)	(19.713)
Variação cambial, líquida	-	(16.611)	(27.872)
		<u>(40.120)</u>	<u>(51.310)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>152.308</u>	<u>57.039</u>
Imposto de renda e contribuição social	14		
Correntes	-	(57.658)	(26.907)
Processo fiscal – Lei nº 11.941/2009	-	-	-
Diferidos	-	6.053	6.721
		<u>(51.605)</u>	<u>(20.186)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>100.703</u>	<u>36.853</u>
Lucro líquido do exercício por lote de 1.000.000 ações (em R\$)		<u>167,84</u>	<u>61,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	100.703	36.853
Resultado de hedge	4.058	891
Imposto de renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	(1.380)	(303)
Resultado abrangente total do exercício	103.381	37.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
		Capital social	Incentivos fiscais	Isenção de Imposto Renda	Ajuste de avaliação Patrimonial	Legal	Isenção de Imposto Renda	Reserva de Retenção de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2010		488.484	6.829	-	(957)	92.977	-	-	-	587.333
Ajuste de avaliação patrimonial	15c	-	-	-	588	-	-	-	-	588
Lucro líquido do exercício	15.d.3	-	-	-	-	-	-	-	36.853	36.853
Reserva legal	15.d.3	-	-	-	-	1.843	-	-	(1.843)	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	15.d.3	-	-	-	-	-	316	-	(316)	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	-	-	-	-	(34.694)	(34.694)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		488.484	6.829	-	(369)	94.820	316	-	-	590.080
Ajuste de avaliação patrimonial	15c	-	-	-	2.678	-	-	-	-	2.678
Lucro líquido do exercício	15.d.3	-	-	-	-	-	-	-	100.703	100.703
Reserva legal	15.d.3	-	-	-	-	2.877	-	-	(2.877)	-
Reserva para aumento de capital – isenção de IR	15.d.3	-	-	-	-	-	875	-	(875)	-
Dividendos propostos	15.e	-	-	-	-	-	-	-	(41.608)	(41.608)
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	55.343	(55.343)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		488.484	6.829	-	2.309	97.697	1.191	55.343	-	651.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	-	100.703	36.853
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	-	116.926	109.286
Provisão para obsolescência de materiais	-	(2.768)	(1.210)
Provisão para contingências	-	(2.941)	151.713
Processo fiscal – Lei nº 11.941/09	-	14.923	19.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(6.053)	(6.721)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	-	2.604	53
Atualização monetária de depósitos judiciais	-	(15.286)	(28.641)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	6.073	5.624
Atualização monetária contingências	-	2.428	2.842
Variação cambial e juros provisionados	-	(1.957)	1.401
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	-	(24.025)	11.640
Estoques	-	(4.354)	(6.288)
Depósito judicial	-	249	122.450
Tributos a compensar	-	(7.955)	(2.085)
Outros	-	5.563	(4.511)
Aumento/ (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	-	23.176	8.940
Impostos a recolher	-	16.662	(678)
Salários, provisões e encargos sociais	-	5.149	2.999
Imposto de renda e contribuição social	-	15.107	(12.381)
Provisão para reflorestamento e fechamento de minas	13	(13.114)	(5.398)
Outras obrigações e contas a pagar	-	6.979	(5.625)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		238.089	399.976
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(312.546)	(235.538)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(312.546)	(235.538)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	-	428.636	441.447
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(394.376)	(568.778)
Pagamento de dividendos	15	(34.694)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(434)	(127.331)
(Redução)/ aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(74.891)	37.107
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	4	81.256	44.149
Saldo final	-	6.365	81.256
(Redução)/ aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(74.891)	37.107
Informações adicionais			
Juros pagos durante o período	-	(19.964)	(31.759)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-	(42.056)	(25.506)
Transações que não envolveram caixa			
Dividendos propostos	-	(41.608)	(34.694)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	1.036.020	829.303
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.033.184	828.426
Outras receitas	2.836	877
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS)	467.676	398.053
Custos dos produtos vendidos	429.284	381.964
Material e serviços de terceiros	38.392	16.089
Valor adicionado bruto	568.344	431.250
Depreciação, amortização e exaustão	116.926	109.286
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	451.418	321.964
Valor adicionado recebido em transferência	21.955	39.077
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	21.735	38.989
Outras	220	88
Valor adicionado total a distribuir	473.373	361.041
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	106.786	92.990
Remuneração direta	62.782	54.650
Benefícios	36.536	30.815
FGTS	7.468	7.525
Impostos, taxas e contribuições	204.029	140.899
Federais	147.547	93.553
Estaduais	38.996	33.409
Municipais	17.486	13.937
Remuneração de capitais de terceiros	61.855	90.299
Juros e variações monetárias passivas	46.932	70.586
Juros processo fiscal – Lei nº 11.941/2009	14.923	19.713
Remuneração de capitais próprios	100.703	36.853
Dividendos propostos	41.608	34.694
Lucros retidos	59.095	2.159
Total do valor adicionado distribuído	473.373	361.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(CONTINUA)

1. Contexto operacional

A Mineração Rio do Norte S.A. (MRN ou Sociedade) é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, localizada em Oriximiná (PA), cujos acionistas são a Vale S.A., Alcan Alumina Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota nº 15). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e ligadas, são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério têm prazo médio de vencimento de 30 dias. Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Qualquer tonelage não retirada pelo acionista e que a Sociedade não se disponha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o acionista deverá pagar à Sociedade, com relação a essa tonelage não retirada, preço igual à soma do preço base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonelage não retirada, a Sociedade fará ao acionista um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo. Em 31 de dezembro de 2012, as vendas com partes relacionadas representaram, aproximadamente, 100,0% (99,8% em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 252.369, resultado principalmente das captações de financiamentos realizados para suprir os recursos necessários para abertura de novas minas. A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento da legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos de sua operação de mineração, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas, bem como atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

2. Políticas contábeis adotadas**2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis****2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamento na preparação das demonstrações contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

i) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração leva em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos, em particular, a Sociedade transfere aos compradores os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor, considerando os valores prováveis de realização, conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

iv) Provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha

A provisão para perdas com estoques de giro lento e fora de linha é constituída com base em política definida pela Administração.

v) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Sociedade revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.

vi) Provisão para reforestamento e fechamento de minas

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para provisão para reforestamento e fechamento de minas, no período em que elas ocorrerem, conforme a Nota nº 13. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. A Sociedade utiliza a taxa de 9,56% para cálculo de ajustes a valor presente, correspondentes às provisões para reforestamento e fechamento de minas registradas na contabilidade.

3. Principais práticas contábeis**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são de liquidez diária e controladas pela Sociedade para resgate a partir de 30 dias, visando a otimização de impostos (IOF).

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não efetua estimativas de perda de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos sócios e não existe experiência de inadimplência ocorrida no passado.

3.3. Estoques

Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

3.4. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros, haja vista que os termos do contrato de arrendamento transferem substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil-econômica dos ativos.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de exploração das jazidas. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Sociedade analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

(a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment).

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Impostos sobre a renda correntes e diferidos

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

Lucro da exploração

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) empréstimos e recebíveis e (4) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas e as contas a receber de clientes.

4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não se qualificam nas categorias 1, 2 e 3. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, enquanto que as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação do valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificados para o resultado após a realização, líquidos dos efeitos tributários.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- a Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e ganhos não realizados em operações com derivativos.

Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Receita financeira" ou "Despesa financeira", respectivamente, no período em que ocorrem.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, compromissos firmes não reconhecidos e transações prováveis que sejam:

- altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato (efetividade entre 80% e 125%);

- possuir identificação documental da operação, do risco objeto do hedge, do processo de gerenciamento de risco e da metodologia utilizada na avaliação da efetividade;
- considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados e contabilizados como operações de hedge de acordo com sua natureza.

A Sociedade detém instrumentos derivativos que se destinam a compensar a variação no seu fluxo de caixa futuro estimado (hedge de fluxo de caixa).

Os itens objeto do hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados da seguinte forma: (i) a parcela efetiva de ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e (ii) a parcela não efetiva do ganho ou perda com o instrumento de hedge é reconhecida diretamente no resultado do exercício, na conta de objeto do hedge.

3.11. Participações no resultado

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

3.13. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14. Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídos no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

3.15. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado".

3.16. Lucro líquido do exercício por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações no respectivo período.

3.17. Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são consistentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2012:

Pronunciamento			Aplicação obrigatória para
No Brasil	Correspondente internacional	Assunto	exercícios iniciados a partir de:
(a)	CPC 18 (R2) IAS 28	Investimentos permanentes	01 de janeiro 2013
(b)	CPC 19 (R2) IFRS 11	Negócios em conjunto	01 de janeiro 2013
(c)	CPC 33 (R1) IAS 19	Benefícios a empregados	01 de janeiro 2013
(d)	CPC 36 (R3) IFRS 10	Demonstrações contábeis consolidadas	01 de janeiro 2013
(e)	CPC 45 IFRS 12	Divulgação da participação em outras entidades	01 de janeiro 2013
(f)	CPC 46 IFRS 13	Mensuração ao valor justo	01 de janeiro 2013
(g)	CPC 38 (R1) IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro 2015
(h)	N/A IFRIC 20	Custos de remoção de resíduos incorridos na atividade de mineração de superfície	01 de janeiro 2013

(a)CPC18(R2)/IAS28: alterou o nome do pronunciamento incluindo a referência a empreendimento controlado em conjunto; aumentou a abrangência do pronunciamento que passou a regulamentar os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures); incluiu a possibilidade do registro da equivalência patrimonial levando em consideração o eventual exercício de direitos potenciais de voto e outros instrumentos derivativos que no momento corrente dê à Entidade acesso aos retornos; definiu que o investimento e qualquer interesse retido no investimento não classificado como mantido para venda, deve ser classificado como um ativo não circulante;

(b)CPC19(R2)/IFRS11: a revisão deste pronunciamento contábil no Brasil, que nas normas internacionais correspondeu a um novo pronunciamento, alterou substancialmente a prática anterior nos seguintes aspectos: eliminação da consolidação proporcional; inclusão da definição "Negócio em conjunto", inclusão da definição "Operação em conjunto (joint operation)" e inclusão da definição "Empreendimento controlado em conjunto (joint venture)";

(c)CPC 33 (R1)/ IAS 19: foi excluída a possibilidade de utilização do "método do corredor" permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano. Com isso os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações contábeis, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não recidam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes;

(d)CPC 36 (R3)/ IFRS 10: a revisão deste pronunciamento no Brasil, que na norma internacional correspondeu a um novo pronunciamento, alterou o conceito de controle e introduziu novos conceitos, como os relativos a "poder", "retornos", "relação entre poder e retornos", entre outros. Na norma internacional, o IFRS 10 substituiu o SIC 12 e IAS 27;

(e)CPC 45/ IFRS 12: trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações contábeis dessa participação. O pronunciamento é aplicável a controladas, negócios em conjunto (ou seja, operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto), coligadas e entidades estruturadas não consolidadas.

(f)CPC46/IFRS13: se aplica quando outros pronunciamentos contábeis exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações);

(g)CPC 38 (R1)/ IFRS 9: o CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração". O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros.

A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;

(h)IFRIC 20: o IFRIC 20 ainda não foi traduzido e emitido no Brasil. Trata da contabilização de custos incorridos por companhias mineradoras na remoção de resíduos para ter acesso aos minérios. O tratamento contábil dos custos de remoção de acordo com o IFRIC 20 dependerá de a correspondente atividade resultar em produção de estoques ou uma melhoria no acesso aos minérios. O IFRIC 20 inclui orientações adicionais no reconhecimento dos ativos, alocação dos custos e na mensuração inicial e subsequente dos ativos da atividade de remoção.

A Sociedade não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

31/12/12 31/12/11

Caixa e bancos	114	22
Títulos e valores mobiliários (i)	6.251	81.234
Total	6.365	81.256

(i) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritas a seguir:

31/12/12 31/12/11

Banco do Brasil	-	7.009
Banco Bradesco S.A.	-	20.073
Banco Itaú S.A.	-	19.995
Banco Votorantim S.A. (Nota nº 17d)	2.078	9.291
Banco WestLB	4.173	24.866
Total	6.251	81.234

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI, com prazo de vencimento inferior a três meses, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Estoques

O saldo de estoques era composto como se segue:

Bauxita 31/12/12 31/12/11

Minerada	2.179	790
Britada	654	898
Lavada	4.793	6.205
Umida	9.553	4.756
Seca	5.305	1.019
	22.484	13.668

Materiais de consumo e outros	31.770	36.232
Provisão para obsolescência (i)	(5.747)	(8.515)
Total	48.507	41.385

(i) Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para obsolescência de materiais:

31/12/12 31/12/11

Saldo inicial	8.515	9.725
Adições	200	370
Reversões e baixas	(2.968)	(1.580)
Saldo final	5.747	8.515

6. Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais está composto como segue:

31/12/12 31/12/11

Processo de redução de capital	162.285	162.947
CFEM - Compensação financeira pela exploração mineral	15.517	-
Outros	508	326
Total	178.310	163.273

Circulante - 7.623

Não circulante 178.310 155.650

A movimentação do ano é composta como se segue:

2012
2011 Adição Baixas Juros Total

Redução de capital (i)	162.947	-	(15.415)	14.753	162.285
CFEM - Compensação financeira (ii)	-	15.008	-	509	15.517
Outros	326	236	(78)	24	508
Total	163.273	15.244	(15.493)	15.286	178.310

(i) Redução de capital

A Sociedade foi atuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a Citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste auto de infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei nº 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009 a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém (PA), a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo.

Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a provisão em R\$ 74.139.

Em 18 de julho de 2011 o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da MRN no valor de R\$ 277.622 e em conversão em renda para União no valor de R\$ 221.903.

A Sociedade recebeu em 25 de janeiro de 2012 o valor de R\$ 7.453, referente à remuneração da parte incontroversa do processo redução de capital, e R\$ 7.962 foi resgatado pela Receita Federal e baixado contra a provisão, permanecendo em depósito judicial o valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 de R\$ 162.285. A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto à correta aplicação dos benefícios da Lei nº 11.941/2009;

(ii) CFEM - Compensação financeira

Os valores referentes à CFEM depositados judicialmente pela Sociedade em razão da exploração do platô Bela Cruz. Há indefinição, em campo, dos limites entre os Municípios de Terra da Santa e Oriximiná, o que impossibilita a expedição correta da guia de depósito via site do DNPM. Até que haja uma decisão por parte da Justiça em relação ao assunto, informa-se que os valores estão sendo depositados (mediante ordem judicial), nos autos da Ação Ordinária, Processo nº 401-45.2012.4.01.3902, que tramita na Vara Federal de Santarém (PA).

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado era composto como se segue:

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Taxa depreciação/ exaustão	5% a 10%	3% a 4%	8% a 9%	2% a 3%	3% a 33%	11% a 50%	10% a 20%	7% a 30%	-	-
Saldo em 31/12/2011										
Custo	1.063.918	293.819	477.277	120.268	39.240	112.417	33.951	259.594	158.976	2.559.460
Depreciação/ exaustão	(625.532)	(177.586)	(395.157)	(108.894)	(9.204)	(21.317)	(24.560)	(174.312)	-	(1.536.562)
Líquido	438.386	116.233	82.120	11.374	30.036	91.100	9.391	85.282	158.976	1.022.898

Saldo em 31/12/2012

Custo	1.074.778	316.474	493.739	119.756	395.601	124.042	34.497	259.128	373.869	3.191.884
Depreciação/ exaustão	(652.427)	(186.363)	(429.420)	(110.914)	(11.051)	(27.104)	(25.234)	(177.065)	-	(1.619.578)
Líquido	422.351	130.111	64.319	8.842	384.550	96.938	9.263	82.063	373.869	1.572.306

Custo

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31/12/2011	1.063.918	293.819	477.277	120.268	39.240	112.417	33.951	259.594	158.976	2.559.460
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	668.907	668.907
Baixas	(4.840)	-	(2.149)	-	-	-	(1.487)	(26.644)	-	(35.120)
Transferências	15.700	22.655	18.611	(512)	356.361	11.625	2.033	26.178	(454.014)	(1.363)
Saldo em 31/12/2012	1.074.778	316.474	493.739	119.756	395.601	124.042	34.497	259.128	373.869	3.191.884

DEPRECIÇÃO

	Instalações industriais e gerais	Prédios e instalações	Máquinas e equipamentos	Ferrovias	Fechamento de mina	Jazidas	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31/12/2011	625.532	177.586	395.157	108.894	9.204	21.317	24.560	174.312	-	1.536.562
Adição	37.496	8.109	28.300	2.386	1.847	5.787	2.346	29.279	-	115.550
Baixa	(4.538)	-	(2.052)	-	-	-	(1.446)	(24.498)	-	(32.534)
Transferência	(6.063)	668	8.015	(366)	-	-	(226)	(2.028)	-	-
Saldo em 31/12/2012	652.427	186.363	429.420	110.914	11.051	27.104	25.234	177.065	-	1.619.578

O saldo de imobilizações em curso refere-se às obras e equipamentos relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem. Os 69% são investimentos em novas minas.

(i) O ativo imobilizado em curso está assim representado pelos principais projetos:

Projetos	2012
Abertura da mina – Monte Branco	252.077
Mudança no peneiramento	43.577
Repotenciamento CTLD aviso	11.096
Construção do reservatório de rejeitos	8.143
Linha de transmissão	7.901
Restabelecimento da ferrovia	6.921
Pesquisa geológica do platô	5.052
Central de tratamento de resíduos	5.042
Adequação instalações elétricas à NR10	2.205
Drenagem de minas	2.101
Licenciamento Cruz Alta	2.046
Abertura da mina Teófilo/ Cipó	1.730
Licenciamento zona leste	1.613
Substituição Trommel dos lavadores	1.336
Juros e correção monetária capitalizados	8.692
Outros projetos	14.337
Total	373.869

Na rubrica de imobilizado em curso, são registrados ao custo de aquisição ou construção, os juros, e correções monetárias, capitalizados durante o período de exploração das jazidas, nos valores de R\$ 8.122 em 2012 (R\$ 6.326 em 2011), totalizados em R\$ 8.692, na data de encerramento das demonstrações contábeis.

8. Intangível

O ativo intangível era composto como segue:

	Taxas de amortização (%)	2012			2011		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20%	27.991	(24.925)	3.066	26.645	(23.566)	3.079
Total do intangível	-	27.991	(24.925)	3.066	26.645	(23.566)	3.079

Custo de software
Amortização

Saldo em 31/12/2011	26.645	Saldo em 31/12/2011	23.566
Adições	1.363	Adições	1.376
Baixas	(17)	Baixas	(17)
Saldo em 31/12/2012	27.991	Saldo em 31/12/2012	24.925

9. Tributos a compensar

	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	17.199	15.424
PIS	2.924	1.822
COFINS	13.470	8.392
Total	33.593	25.638
Circulante	5.817	5.052
Não circulante	27.776	20.586

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2012	31/12/2011
Moeda estrangeira	307.226	323.103
Moeda nacional	188.200	140.949
Total	495.426	464.052
Total circulante	204.277	185.378
Total não circulante	291.149	278.674

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos, e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

Os referidos financiamentos estão resumidos como segue:

Instituição	31/12/2012	31/12/2011	Data de captação	Vencimento	Encargos
WestLB	13.635	62.592	02/2008	08/2009 a 02/2013	LIBOR + 0,65%
Brasil	84.315	70.943	11/2012	08/2013	LIBOR + 0,68%
Bradesco	16.768	33.897	11/2012	06/2013	LIBOR + 0,78%
Finem	69.651	42.875	03/2010	01/2017	UMBNDDES + 0,60%
WestLB	122.857	112.796	11/2011	11/2016	LIBOR + 1,95%
Total	307.226	323.103			

Os valores em moeda nacional são compostos como se segue:

Instituição	31/12/2012	31/12/2011	Data de captação	Vencimento	Encargos
FINAME	17.489	18.677	09/2008	09/2017	TJLP + 1,50%
Bradesco-hedge	77	636	11/2008	02/2013	3,98%
Finem	163.086	109.623	03/2010	07/2019	TJLP + 0,57%
Itaú leasing	7.548	12.013	02 a 04/2011	02 a 04/2014	CDI + 2,33%
Total	188.200	140.949			

Bradesco hedge

Este contrato é referente a uma operação de swap para hedge de seu fluxo de caixa referente a 50% de seus contratos de pré-pagamento no valor de US\$ 50 milhões. O objetivo desse hedge foi o de trocar sua taxa de juros pós-fixada (LIBOR + 0,65%), por uma taxa pré-fixada de 3,98%.

FINEM

Esse financiamento foi contratado junto ao BNDES, com o agente financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bacaba, Bela Cruz e Monte Branco.

Garantias

Os financiamentos da FINAME e FINEM estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos preveem que, na ocorrência de alterações nas leis do País da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de 10 dias da ocorrência das alterações na legislação local.

WestLB

O contrato de financiamento com a instituição financeira WestLB possui em sua cláusula 11.7 a utilização de cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros (covenants) como forma de monitoramento da capacidade financeira da Sociedade em cumprir com os compromissos da dívida.

Os covenants a serem cumpridos pelo contrato são:

- a) a razão da sua dívida financeira líquida com o EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) deve ser menor ou igual a 3,0, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Dívida financeira líquida	489.060	382.796
EBITDA	309.353	217.635
(=) Índice	1,6	1,8

- b) a razão do seu EBITDA (calculada com base nos quatro trimestres fiscais mais recentes encerrados) com o resultado financeiro líquido para esse período não deve ser inferior a 5,0:

	31/12/12	31/12/11
EBITDA	309.353	217.635
Resultado financeiro líquido	23.509	23.438
(=) Índice	13,2	9,3

Todos os covenants descritos são calculados com base nas demonstrações contábeis da Sociedade e vêm sendo atendidos.

WestLB II

Em 30/11/2011 a Sociedade contratou novo empréstimo junto ao WestLB no valor de US\$ 60 milhões para suportar os investimentos de longo prazo para abertura de novas minas.

Itaú Leasing

Os contratos de arrendamentos de leasing estão compostos da seguinte forma:

Número dos contratos	31/12/2012	31/12/2011	Vencimentos	Encargos e atualizações
4569517	1.963	3.146	02/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569518	1.069	1.749	15/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569519	489	791	25/04/14	2,33% a.a. + CDI
4569554	936	1.494	02/02/14	2,33% a.a. + CDI
4569555	2.437	3.778	20/01/14	2,33% a.a. + CDI
4569857	654	1.055	12/04/14	2,33% a.a. + CDI
Total	7.548	12.013		

Os pagamentos mínimos futuros do arrendamento mercantil financeiro, o valor presente destes pagamentos, bem como o saldo residual do ativo, imobilizado e intangível, adquirido por meio do arrendamento é como segue:

Descrição	Financiamentos em 31/12/2012		Ativo imobilizado	
	Pagamentos mínimos futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos futuros	Valor residual em 2012	Valor residual em 2011
Veículos	9.186	7.548	9.888	11.247
Total	9.186	7.548	9.888	11.247

A depreciação dos ativos arrendados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.122 (R\$ 1.662 em 2011) e os encargos financeiros registrados no resultado do exercício é de R\$ 801 (R\$ 1.277 em 2011).

A parcela registrada no longo prazo em 2012 dos financiamentos terá os seguintes vencimentos:

	FINEM moeda estrangeira	Banco WestLB II	FINAME	FINEM moeda nacional	Banco Itaú Leasing	Total
2014	17.324	33.630	3.173	22.648	1.834	78.609
2015	17.324	33.630	3.173	22.648	-	76.775
2016	17.324	30.828	3.173	22.648	-	73.973
2017	1.443	-	1.840	22.648	-	25.931
2018	-	-	-	22.648	-	22.648
2019	-	-	-	13.213	-	13.213
Total	53.415	98.088	11.359	126.453	1.834	291.149

11. Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher era composto como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
CFEM - compensação financeira a recolher	19.712	4.560
PIS e COFINS a recolher	1.911	1.094
ICMS a recolher	1.356	2.435
TFRM - taxa de fiscalização de recursos minerais a recolher	1.726	-
Outros impostos a recolher	3.233	3.187
Total	27.938	11.276
Circulante	12.421	11.276
Não circulante	15.517	-

12. Provisão para contingências

O saldo de provisão para contingências era composto como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Redução de capital	162.285	155.324
CFEM	40.733	37.418
Indenizações trabalhistas	280	24
Honorários advocatícios	4.348	4.342
Outras provisões para contingências	3.872	-
Total	211.518	197.108

Resumo	2011	2012				Subtotal	Total
		Adições	Reversão	Utilizações	Atualizações		
Cíveis	4.342	119	(3)	(183)	73	6	4.348
Fiscal	192.742	4.851	(7.962)	-	17.259	14.148	206.890
Trabalhistas	24	256	-	(19)	19	256	280
Total	197.108	5.226	(7.965)	(202)	17.351	14.410	211.518

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa da aplicação dos benefícios fiscais da Lei nº 11.941/2009 sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota nº 6.

Existem também a título de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) valores que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a Sociedade deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
Trabalhistas

Existem atualmente apenas três processos trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como prováveis, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$ 280.

Contingências possíveis

As contingências, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações contábeis, estão apresentadas como segue:

	2012	2011
Civil	5.499	5.435
Trabalhista	1.296	1.732
Tributária (i)	108.897	95.037

(i) Tributária

Autuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em virtude de a Sociedade abater da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) o ICMS, o PIS e a COFINS sobre faturamento. O entendimento do DNPM seria que estes tributos deveriam ser abatidos pelo valor líquido a pagar, ou seja, o valor dos impostos sobre o faturamento deduzido dos créditos relacionados à entrada de insumos.

Destacamos que a perspectiva de liquidação do saldo do passivo circulante prevalece idêntica para os respectivos exercícios de 2012 e de 2011.

13. Provisão para reflorestamento e fechamento de minas

As obrigações da Sociedade com reflorestamento e fechamento de mina estão relacionadas com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita, bem como de remover as instalações para as quais não se prevê uso, quando do término das operações. O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado a cada 2 anos, sendo a última revisão efetuada em 2010. Com as entradas de novas áreas em operação a partir de 2011 (Mina de Bela Cruz e instalações do Aviso) e de operações em andamento para início em 2013 (Mina de Monte Branco), que suportarão as operações de lavra do minério nos anos futuros, em 2012 o plano foi revisado em conjunto com empresas especialistas de mercado SNC Lavalin-Minerconsult e STCP Engenharia de Projetos Ltda. Como resultado dos trabalhos de revisão de quantitativos, preços e inclusão das novas áreas, a Sociedade registrou no Imobilizado o valor presente de R\$ 356.361 adicionando este valor à provisão de Reflorestamento e Fechamento de Mina classificada no passivo circulante e não circulante de acordo a data do desembolso de caixa estimado para a ocorrência das atividades de reflorestamento e fechamento de mina.

A provisão para reflorestamento e fechamento de minas apresentou a seguinte evolução:

	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	70.882	70.656
Constituições		
Imobilizado	356.361	-
Atualização monetária	6.073	5.624
Pagamentos	(13.114)	(5.398)
Saldo final	420.202	70.882
Circulante	36.517	3.189
Não circulante	383.685	67.693

14. Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade goza de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O prazo da redução fiscal se extinguirá em 31/12/2013, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10/12/1997.

Em 31/12/2012 e de 2011, o imposto de renda e contribuição social apurados foram:

	2012			2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (%)	152.308	152.308	-	57.039	57.039	-
	25	9	-	25	9	-
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	(38.077)	(13.708)	(51.605)	(14.260)	(5.134)	(19.394)
Itens de reconciliação dos impostos						
Isenção de imposto de renda	875	-	875	316	-	316
Doações/ PAT	2.426	-	2.426	1.212	-	1.212
Outras adições/exclusões permanentes	(2.288)	(833)	(3.121)	(2.111)	(209)	(2.320)
Despesa registrada na demonstração do resultado	(37.064)	(14.541)	(51.605)	(14.843)	(5.343)	(20.186)
Corrente	(41.515)	(16.143)	(57.658)	(19.785)	(7.122)	(26.907)
Diferido	4.451	1.602	6.053	4.942	1.779	6.721

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos passivos, registrados nas demonstrações contábeis são provenientes de diferenças temporárias sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota nº 6) a serem recolhidas quando finalizada as ações em curso e aos valores referentes às provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Impostos diferidos ativos		
Adições temporárias de provisões contingenciais e outros	253.965	230.379
Aliquota oficial	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	86.348	78.329
Impostos diferidos passivos		
Atualização monetária dos depósitos judiciais	178.150	171.809
Instrumentos derivativos	3.497	-
Aliquota oficial	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	61.760	58.415

15. Patrimônio líquido
a) Capital

Em 31/12/2012 e de 2011, o capital autorizado da Sociedade era de R\$ 502.283. O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 488.484 (R\$ 488.484 em 2011), está representado por 200.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2012			
	Ações ordinárias (*)	%	Ações preferenciais (*)	%
Vale S.A.	80.000	40,0000	160.000	40,0000
Alcan Alumina Ltda.	25.000	12,5000	47.000	11,7500
BHP Billiton Metais S.A.	25.000	12,5000	63.800	15,9500
Companhia Brasileira de Alumínio	25.000	12,5000	35.000	8,7500
Alcoa Alumínio S.A.	16.250	8,1250	35.230	8,8075
Alcoa World Alumina LLC	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Norsk Hydro Brasil Ltda.	10.000	5,0000	20.000	5,0000
Alcoa World Alumina Brasil Ltda.	8.750	4,3750	18.970	4,7425
	200.000	100,0000	400.000	100,0000

(*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Reserva de capital

A Reserva de Capital é composta pelo valor de R\$ 6.829, referente a incentivos fiscais FINAM.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A Sociedade contabilizou na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" em 2012 o valor de R\$ 2.309 (R\$ 369 negativo em 2011) correspondente à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulada resultante das variações no valor justo dos instrumentos de "hedge" contratados para "hedge" de fluxo de caixa (detalhes na Nota nº 21).

d) Reserva de lucro
d.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vêm constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2012, o valor destinado para reserva legal foi R\$ 2.877 (2,86% do lucro), já que o saldo desta reserva atingiu o limite de 20% do capital social:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	94.820	92.977
Movimentação	2.877	1.843
Saldo no final do exercício	97.697	94.820

d.2) Reserva de incentivos fiscais

A Sociedade destinou para conta de "Reserva de incentivo fiscal" o valor de R\$ 875 (R\$ 316 em 2011) apurados sobre lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real. O valor destinado para essa reserva não foi incluído na base de cálculo do dividendo anual mínimo.

d.3) Destinação do lucro

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Resultado líquido do exercício	100.703	36.853
Constituição da reserva legal	(2.877)	(1.843)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(875)	(316)
Constituição da reserva de retenção de lucros	(55.343)	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	41.608	34.694

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
e) Dividendos

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 6% calculado sobre o patrimônio líquido ajustado, nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/1976. A diretoria executiva, após a constituição das reservas obrigatórias, está destinando para rubrica no passivo de dividendos a pagar o valor de R\$ 41.608.

16. Receita

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é a seguinte:

Receita bruta de vendas	31/12/12	31/12/11
Receita bruta – partes relacionadas (Nota nº 17)	1.034.562	826.804
Receita bruta – terceiros	-	1.621
Resultado instrumentos derivativos vendas MI	(1.378)	-
Total	1.033.184	828.425

Deduções da receita bruta	31/12/12	31/12/11
Impostos incidentes sobre a venda	(116.045)	(96.360)
Receita operacional líquida	917.139	732.065

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas durante os exercícios estão refletidas nas demonstrações contábeis, como segue:

a) Vendas de minério

Receita bruta	31/12/12	31/12/11
Alcan Alumina Ltda.	54.571	30.270
Rio Tinto Alcan Inc.	148.587	162.689
Alcoa Alumínio S.A.	20.182	42.704
Alcoa World Alumina Ltda.	15.123	5.081
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	113.684	68.823
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	335.613	282.458
BHP Billiton Metais S.A.	183.530	141.642
Vale International	-	9.649
BHP BMAG	-	5.903
Hydro Aluminium	163.272	77.585
Total da receita bruta com partes relacionadas (Nota 16)	1.034.562	826.804

Mercado interno	31/12/12	31/12/11
	609.019	502.155

Mercado externo	31/12/12	31/12/11
	425.543	324.649

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2012, as vendas com partes relacionadas representaram 100,0% do total das vendas. Sendo assim, 100% dos custos incorridos estão associados às vendas com partes relacionadas.

b) Contas a receber

	31/12/12	31/12/11
Alcan Alumina Ltda.	7.118	2.262
Rio Tinto Alcan Inc.	13.490	12.195
Alcoa Alumínio S.A.	201	5.274
Alcoa World Alumina LLC – A.W.A.	14.171	5.523
Alcoa World Alumina Brasil Participações Ltda.	-	2.904
Alunorte – Alumina do Norte do Brasil S.A.	48.973	33.922
BHP Billiton Metais S.A.	6.244	12.386
Hydro Aluminium	17.504	9.210
Total de contas a receber de partes relacionadas	107.701	83.676

Mercado interno	31/12/12	31/12/11
	62.536	56.748

Mercado externo	31/12/12	31/12/11
	45.165	26.928

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atual atualizado pela variação cambial.

c) Despesas com administradores

Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e dos respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

Durante o exercício de 2012, a Sociedade registrou como despesas com seus administradores um total de R\$ 1.835 (R\$ 1.846 em 2011).

d) Caixa e equivalentes de caixa – com partes relacionadas

Esses valores correspondem basicamente às aplicações financeiras de liquidações inferiores a 90 dias, e com taxas e remunerações a valores de mercado, junto ao Banco Votorantim, parte relacionada do Grupo Companhia Brasileira de Alumínio (CBA):

Modalidade	Remuneração	Vencimentos das aplicações de 2012	31/12/2012	
			31/12/2012	31/12/2011
Aplicações Debentures	100 a 102% do CDI	23/03/12	-	2.085
Aplicações Debentures	100 a 102% do CDI	21/01/13	2.078	7.206
Total			2.078	9.291

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/12	31/12/11
Despesas administrativas com serviços	(10.797)	(9.504)
Despesas administrativas com pessoal	(8.729)	(8.022)
Depreciações e amortizações	(322)	(528)
Outros	(586)	(1.324)
Total	(20.434)	(19.378)

19. Outras receitas/ (despesas) operacionais

	31/12/12	31/12/11
Reversão de provisões constituídas	8	1.330
Constituição de provisões	(15.627)	(3.640)
Despesa tributos	(4.201)	(1.972)
Resultado líquido de ativo imobilizado baixado	(662)	(97)
Doações	(1.447)	(769)
Outras despesas	(2.521)	(396)
Total	(24.450)	(5.544)

20. Resultado financeiro

	31/12/12	31/12/11
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.818	2.140
Depósitos judiciais	15.286	28.641
Outros	24	1.302
Total	17.128	32.083
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(13.833)	(25.931)
Atualização monetária fechamento de mina	(6.073)	(5.624)
Atualização monetária contingências	(2.428)	(2.842)
Outros	(3.380)	(1.411)
Total	(25.714)	(35.808)
Atualização monetária processo fiscal – Lei nº 11.941/2009		
Juros processo redução de capital	(14.923)	(19.713)
Total	(14.923)	(19.713)
Variações cambiais		
Ativas	3.819	4.099
Passivas	(20.430)	(31.971)
Total	(16.611)	(27.872)

21. Instrumentos financeiros

A Sociedade considera que o valor contábil de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor justo devido ao vencimento de curto prazo, ou frequente reavaliação destes instrumentos.

A Sociedade contratou em maio de 2012 instrumentos derivativos de hedge com o objetivo de proteção para 80% da expectativa de fluxo de caixa em reais com suas vendas do mercado interno denominadas em USD em caso de eventual variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

As contrapartes destes instrumentos financeiros derivativos são instituições financeiras localizadas no Brasil.

Durante o exercício de 2012, a Sociedade apurou uma perda nas operações de hedge no montante de R\$ 1.378. A perda, que está incluída em receita bruta de vendas, é referente à parte da variação do valor justo dos instrumentos derivativos excluídos da avaliação da eficácia da cobertura. O efeito do valor justo dessa transação no montante de R\$ 3.499, foi registrado no exercício no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, gerando um saldo de R\$ 2.309 (líquido de impostos 34%).

Em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possuía operações em aberto com instrumentos derivativos (Non-Deliverable Forwards – NDF) como segue:

Descrição	Valor notional dos contratos		Valor justo	Perda não realizada (antes dos impostos)
	US\$'000	R\$'000	R\$'000	R\$'000
Non-Deliverable Forwards – NDF	207.078	439.505	436.066	3.499

22. Gestão de riscos
a) Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

(CONTINUA)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a.1) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

a.2) Risco de crédito

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

a.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

	2013	2014	2015	2016	2017
Fornecedores	78.429	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	204.277	78.609	76.775	73.973	25.931
Total	282.706	78.609	76.775	73.973	25.931

b) Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2012:

	R\$
Ativos financeiros	6.365
(-) Passivos financeiros	(495.426)
(=) Posição financeira líquida	(489.061)

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2012 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

c) Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro 2012:

	R\$
Ativos expostos à variação cambial	107.701
(-) passivos expostos à variação cambial	(307.226)
(=) Exposição cambial líquida	(199.525)

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro 2012, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro 2012 a Sociedade mantinha cobertura de seguros para os bens do ativo conforme demonstrado a seguir:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura
Riscos nomeados		
Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção)	31/10/2013	VR1: 2.827.092 LMI2: 348.000
Responsabilidade civil geral (moraís e falhas profissionais)	31/10/2013	20.000
Transporte nacional (perdas e danos)	01/08/2013	10.000
Transporte internacional (perdas e danos)	01/08/2013	20.435
Vida em grupo (morte por acidentes - 48 x o salário)	31/07/2013	Até 1.630 mais APC até 250
Vida em grupo (morte natural - 24 x o salário)	31/07/2013	Até 840
Responsabilidade civil diretores e administradores - D&O	20/06/2013	19.592
Cascos marítimos (balsas)	07/05/2013	450
Operações aeroportuárias	09/12/2013	102.175
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras		
Monte Branco	31/12/2014	VR: 273.589 LMI: 120.000 Limite RC: 15.000
Beneficiamento e ferrovia	31/12/2013	VR: 93.268 LMI: 79.956 Limite RC: 20.000
Frota de veículos leves	09/05/2013	8.577
Garantia judicial (CFEM)	21/05/2015	IS: 4.558

- 1) Valor do risco;
2) Limite máximo de indenização.

24. Fundo de previdência

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios (FGB), destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2012, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 2.974 (R\$ 2.804 em 2011).

25. Aprovação de emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 21 de janeiro de 2013.

* * *

Conselho de Administração

Hélio Cabral Moreira - Presidente
Ronaldo Del Buono Ramos - Conselheiro
Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão - Conselheiro
Sérgio Eduardo Santos - Conselheiro
Aquilino Paolucci Neto - Conselheiro
José Carlos Danza Errico - Conselheiro
Fernando Simões Henriques - Conselheiro
Otávio Augusto Resende Carvalheira - Conselheiro

Diretoria executiva

Júlio Cesar Ribeiro Sanna - Diretor Presidente

Paulo Molero Ariza - Diretor de Administração e Finanças

Octavio Cezar Cunha da Silva
Contador CRC-PA 013735/O -0
CPF 758.618.442-91

Aos:
Acionistas e administradores da
Mineração Rio do Norte S.A.
Oriximiná – PA

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Rio do Norte S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de

auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas em epígrafe apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de janeiro de 2013.

Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC SP-151.079/O-0 "S" – PA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – PA